



Sob as ordens de Tio Sam

ENTREVISTA De como Moro e Dallagnol serviram aos interesses dos EUA, denunciam Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides

A RODRIGO MARTINS

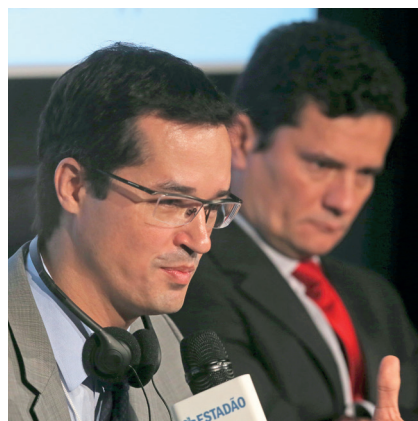
Após condenar Lula sem provas e liberar trechos sigilosos da delação do ex-ministro Antonio Palocci em plena campanha eleitoral, Sérgio Moro recebeu como recompensa pelos serviços prestados o Ministério da Justiça e a promessa de ocupar uma cadeira na Suprema Corte. Na avaliação do jurista Fábio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito da USP e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, esse é apenas o desfecho de um enredo tramado pelos americanos dez anos atrás, quando o então juiz participou de suspeitíssimo treinamento oferecido pelo Departamento de Estado dos EUA, conforme revelou um documento vazado pelo WikiLeaks.

“Esse colóquio falava sobre novas técnicas de combate à corrupção, mas o real objetivo era desmoralizar certos políticos, vistos como inconvenientes”, comenta Comparato, para quem a atuação do magistrado e de seu homólogo no Ministério Público, o procurador Deltan Dallagnol, serviram para desmontar a política externa independente criada por Celso Amorim, o chanceler de Lula, e para facilitar a entrega de

valiosos ativos a empresas americanas, a começar pelo pré-sal. “Os EUA não aceitam que a América do Sul deixe de ser o seu quintal”, emenda a socióloga Maria Victoria Benevides, também da USP.

Ambos integram o grupo de intelectuais que lançaram, na quarta-feira 20, a Comissão Arns, dedicada ao acompanhamento de graves violações aos direitos humanos, sobretudo as cometidas por agentes do Estado. Na entrevista a seguir, eles falam sobre a iniciativa e as trágicas consequências da Lava Jato para o País.

CartaCapital: Qual é o objetivo da Comissão Arns?



Maria Victoria Benevides: Trata-se de uma comissão suprapartidária, a reunir pessoas com experiência na luta pela democracia e pelos direitos humanos. Os fundadores são de uma geração que viveu o período da ditadura e viu com muita apreensão o retorno de um discurso autoritário e de ódio nas últimas eleições presidenciais. A comissão não vai advogar causas. A ideia é escolher alguns tipos de violações aos direitos humanos para monitorar e encaminhá-los aos órgãos competentes do Estado, como as defensorias, as ouvidorias e o Ministério Público. É um trabalho em rede, buscando articular os esforços da enorme quantidade de entidades dedicadas à promoção dos direitos da mulher, dos LGBTQs, dos negros, dos indígenas, da população em situação de rua, das comunidades espremidas entre a violência do narcotráfico e aquela praticada pela própria polícia.

Fábio Konder Comparato: Como o próprio nome indica, a comissão inspirou-se nos esforços do cardeal dom Paulo Evaristo Arns para sustentar não só os desprovidos, mas também aqueles que eram perseguidos pela ditadura. Para ele, não se tratava apenas de uma atividade de cunho religioso ou canônico. Costumo sempre lembrar um episódio ocorrido no início dos anos 1970. Fui chamado ao Palácio Episcopal pelo então arcebispo Arns, que estava criando a Comissão de Justiça e Paz e pediu a minha colaboração. “Dom Paulo, eu acho que não sou exatamente um bom católico”, disse. Quando ele respondeu, quase caí de costas: “Isso não tem a menor importância. Só quero saber se você está preparado para socorrer aqueles

Executores. O procurador e o ex-juiz participaram de “suspeitíssimos treinamentos” proporcionados pelo Departamento de Estado americano



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Jean Wyllys. "A causa
não precisa de um mártir,
e sim de um ativista vivo"



que são perseguidos e torturados, além de confortar as famílias dos mortos". Portanto, o principal objetivo dessa comissão é nos colocarmos ao lado dos que sofrem e também abrir os olhos do povo.

CC: Para o que exatamente?

Comparato: No Brasil, temos dois regimes jurídicos. Existe aquele da Constituição, intocável, perfeito. Como reza a tradição brasileira, costumamos seguir sempre o melhor caminho oficial. No entanto, esse caminho nunca é trilhado na prática. Os direitos humanos, por exemplo, são só para inglês ver. Aqui há uma minoria rica e poderosa que sempre se alia aos grandes agentes do Estado, desde os tempos da colonização, e uma

vasta maioria pobre e desprezada, em geral de etnia negra, sem qualquer assistência. A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que todos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, e muitos dizem defender isso, desde que não mexam em seus privilégios. Podemos atuar para tornar efetivas

A prisão de Lula
foi **decidida em
Washington** com
a dupla da página
ao lado, diz o jurista

Em movimento. Comparato e Benevides figuram entre os fundadores da recém-criada Comissão Arns

certas normas da Constituição que até hoje aguardam uma aplicação prática.

CC: O senhor poderia dar um exemplo?

Comparato: Leia o artigo 220, parágrafo 5º, da Constituição. O texto diz claramente ser proibida a formação de monopólios ou oligopólios na comunicação, de forma direta ou indireta. E o que dizem os magistrados quando instados a se manifestar sobre o sistemático desrespeito à norma constitucional? "Sim, mas falta uma lei complementar que dê eficácia a



isso.” Por ação ou omissão, grande parte dos nossos magistrados é cúmplice desse aviltamento da pessoa humana. Não atuam de acordo com aquilo que está no espírito das leis. Procuram sempre uma saída literal que preserve os interesses dos abonados, dos líderes das oligarquias. Todo o ordenamento jurídico está moldado para preservar essa secular dominação. A gente esconde isso porque, em nossa mentalidade, não existe o passado. Os estrangeiros sempre dizem: “O brasileiro vive sempre o presente”. É verdade. Ele é incapaz de prever o futuro ou de enxergar o passado.

CC: A Declaração Universal dos Direitos Humanos também resguarda a soberania popular. Mas passamos por um golpe travestido de *impeachment* e, nas últimas eleições, o favorito na disputa foi impedido de concorrer, após ser condenado sem provas...

Comparato: No meu entender, tudo isso foi preparado e organizado pelo Tio Sam. Em 2009, os EUA patrocinaram um colóquio internacional para juizes, integrantes do Ministério Público e chefes de polícia, sob o pretexto de prepará-los para o combate ao terrorismo e à corrupção. Era o penúltimo ano do governo de Lula, e os EUA estavam perdendo espaço. Embora não tenha enfrentado os americanos da forma como eu gostaria, o governo não se curvou. O grande chanceler Celso Amorim seguiu uma política externa independente. Pois bem, esse colóquio falava em novas técnicas de combater a corrupção, mas o real objetivo era desmoralizar certos políticos, vistos como inconvenientes. Bater Lula não era uma tarefa simples. Trata-se do primeiro chefe de Estado do Brasil oriundo da classe operária, ele não fazia parte do esquema oligárquico. Então, era preciso desmoralizá-lo. A única forma era acusá-lo de praticar algum crime. Alguns anos depois, em 2013, esse grupo americanófilo reuniu-se na Operação Miqueias, precursora da Lava Jato, deflagrada no ano seguinte.

CC: Quem fazia parte desse grupo americanófilo?

Comparato: O juiz Sérgio Moro, o procurador Deltan Dallagnol. Eles sempre estiveram muito alinhados ao projeto americano. Lula encerrou o seu mandato com 80% de aprovação, era inevitável. Poderia ter disputado em 2014, mas cometeu o erro crasso de ceder espaço para a reeleição de Dilma Rousseff. Com a perspectiva de vitória nas eleições de 2018, foi preciso avançar rapidamente nas acusações criminais ao Lula. Foi o que fez Moro. A Lava Jato investiga pagamento de propinas imensas a



Alerta. “Vimos com muita apreensão o retorno do discurso autoritário e de ódio nas últimas eleições”, comenta Benevides

funcionários graduados e diretores da Petrobras. A empresa foi criada em outubro de 1953 e, já no final daquela década, era conhecida por ser um antro de corrupção. De toda forma, até onde eu sabia a Petrobras continua sediada no Rio de Janeiro, não é mesmo? Então por que razão o processo foi aberto na 13ª Vara Federal de Curitiba? Lá havia um magistrado chamado Sérgio Moro, ligadíssimo aos americanos, que participou daquele

colóquio em 2009 e viajava para os EUA com frequência, quase todo mês durante um certo período.

CC: Qual é o interesse dos EUA?

Comparato: Era preciso aproveitar-se daquele momento para desmontar a ação internacional livre do Brasil. Repare os movimentos após a destituição de Dilma. A Embraer era a terceira maior companhia em aviação executiva do mundo, detentora de uma técnica especial para construir caças militares. Foi vendida para a Boeing, o Brasil não a controla mais. Tão logo assumiu, Michel Temer desarticulou a política de *software* livre do governo, substituído por programas da Microsoft.

Benevides: Os EUA não aceitam que a América do Sul deixe de ser o seu quintal. A descoberta do pré-sal não apenas despertou a cobiça, mas também toda a arrogância dos americanos. “Não, eles não têm competência para lidar com tal riqueza.” Mas pior do que isso é a traição de políticos brasileiros que apoiaram essa entrega, é imperdoável. Fico indignada por ver gente da minha geração, que quando jovem se dizia progressista, e nessa idade provecta torna-se entreguista. A Lava Jato é perfeitamente coadunada com esse projeto, é teleguiada por interesses americanos.

CC: Aparentemente, Moro pode fazer o que bem entender...

Comparato: A respeito disso, gostaria de lembrar alguns fatos. Em março de 2016, a revista americana *Fortune* publicou os nomes dos 50 maiores líderes do mundo, segundo a sua avaliação. O Moro era o único brasileiro da lista. No mês seguinte a *Time* publicou a sua lista das 100 pessoas mais influentes do mundo, e o juiz estava novamente lá. Isso foi criado para colocá-lo acima dos mortais. Todas as arbitrariedades denunciadas pela defesa de Lula servem a um propósito, estão em sintonia com os interesses americanos. Chegamos a incorporar no direito brasileiro o instituto da colaboração



premiada, do *plea bargain*. As delações desmoralizaram o PT, mas até hoje não conseguiram abalar a imagem de Lula. Essa é a razão de uma condenação atrás da outra. Agora, ele já está condenado a mais de 20 anos de prisão. Não poderá concorrer em 2022 e está com 73 anos. O objetivo era retirá-lo do combate, transformá-lo em carta fora do baralho.

CC: Causou surpresa a nomeação de Moro para o Ministério da Justiça?

Comparato: De certa forma, não. Estão preparando a nomeação dele para o Supremo Tribunal Federal. Vão aguardar a primeira vaga, com a aposentadoria compulsória do ministro Celso de Mello, para empossá-lo. É uma recompensa por serviços prestados...

Benevides: Essa nomeação deveria ter a legitimidade contestada, uma vez que Moro aceitou ser ministro do maior beneficiário de uma causa que ele julgou. Ao condenar Lula sem provas e retirá-lo da corrida presidencial, abriu caminho para o Bolsonaro, sem falar do levantamento do sigilo de trechos da delação do ex-ministro Antonio Palocci em plena campanha eleitoral.

CC: O senhor costuma dizer que a eleição de Lula em 2002 foi acidente de percurso, porque ele não fazia parte do esquema oligárquico. E o Bolsonaro?

Comparato: Tenho certeza de que ele recebeu apoio dos americanos. É muito estranho. Ele se dizia um nacionalista e, desde a campanha eleitoral, passou a defender abertamente os interesses dos EUA. Logo depois de eleito, seguiu os passos de Donald Trump e transferiu a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, o que gerou enormes prejuízos às empresas que negociavam com os países árabes. Também é sintomático o afastamento da China, que até agora

A Comissão Arns vai monitorar e denunciar graves violações aos direitos humanos, explicam os fundadores

Coragem. “A Comissão Arns inspirou-se nos esforços de dom Paulo para sustentar não só os desprovidos, mas também os perseguidos da ditadura”, diz Comparato

é o nosso principal parceiro comercial.

CC: O senhor enxerga pegadas de Steve Bannon, o assessor de Trump, na campanha de Bolsonaro?

Comparato: Claro. Bolsonaro não tinha popularidade alguma fora do seu reduto eleitoral, não era tão conhecido assim, e de repente vira um fenômeno eleitoral. Beneficiou-se das mentiras espalhadas pelo WhatsApp, com a conivência dos nossos magistrados.

CC: O que explica a adesão de tantos brasileiros ao projeto representado por Bolsonaro? Três anos atrás ele não passava de um histriônico parlamentar que dedicou o voto pelo *impeachment* de Dilma ao torturador dela...

Benevides: É realmente assustador ver esse personagem eleito pelos brasileiros, que não podem se escusar da responsabilidade e dizer: “Não sabia”. Bolsonaro deixou muito claras as suas posições durante a campanha. Acredito que esse flerte com o autoritarismo é fruto do medo e de uma situação econômica muito crítica. Muitos brasileiros estão acossados pelo desemprego, pela violência urbana. Então aparece alguém que promete melhorar a economia ao mesmo tempo em que combate a bandidagem, sem dizer que a combaterá de forma seletiva, só de um lado. De toda forma, é um discurso que atrai. Mas essa vitória também é fruto de uma campanha maciça de desinformação nas redes sociais, baseada na difusão de mentiras contra o PT e a esquerda. Entre os candidatos não identificados com o petismo, os eleitores escolheram o mais radical e também aquele que achavam ser uma novidade, ainda que Bolsonaro já tivesse mais de 30 anos de atuação parlamentar. •

